



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10880.020700/89-01  
Recurso nº : 129.383  
Acórdão nº : 204-00.261

Recorrente : PARMALAT S/A  
Recorrida : DRJ em São Paulo - SP

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
De 28 / 03 / 06

VISTO

2º CC-MF  
Fl.

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 01/06/06
<i>E. Manca</i>
VISTO

### NORMAS PROCESSUAIS. RESTITUIÇÃO.

Não se pode conceder pedido de repetição de indébito quando o pleito não foi formulado com os documentos necessários para sua caracterização, embora a recorrente tenha sido intimada a apresentar os documentos, regularizando o pedido protocolado.

**Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**PARMALAT S/A.**

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 15 de junho de 2005

*Henrique Pinheiro Torres*  
Henrique Pinheiro Torres

Presidente

*Nayra Bastos Manatta*  
Nayra Bastos Manatta

Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Flávio de Sá Munhoz, Rodrigo Bernardes de Carvalho, Júlio César Alves Ramos, Sandra Barbon Lewis e Adriene Maria de Miranda.

Imp/fclb



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10880.020700/89-01  
Recurso nº : 129.383  
Acórdão nº : 204-00.261

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE <i>PCM</i> O ORIGINAL
BRASÍLIA <i>21/09/1995</i>
VISTO

2º CC-MF  
FL.

Recorrente : PARMALAT S/A

### RELATÓRIO

Trata-se de pedido de restituição do PIS-Faturamento relativo aos meses de janeiro e fevereiro/89, recolhidos no percentual de 0,65% quando o correto seria 0,35%.

Todavia a contribuinte não apresentou os seguintes documentos para instruir o pedido: esclarecimento se opta pelo resarcimento em espécie, nos termos do § 2º do art. 66 da Lei nº 8.383/91, renunciando à alternativa prevista no § 1º do art. 66 da Lei nº 8.383/91 – compensação com débitos subseqüentes da mesma contribuição; declaração de que os débitos cuja restituição está sendo pleiteada não foram e nem serão objeto de compensação; prova de que o signatário do pedido é o representante legal da empresa; demonstrativo da base de cálculo, acompanhado de cópias do Livro Registro de Saídas referente aos meses em questão; cópia das DCTF com as devidas retificações relativas ao período em questão; cópia da declaração de IRPJ ano-base 1989, acompanhada de recibo de entrega; escrituração contábil do tratamento dado aos valores recolhidos a maior, comprovada pelos registros no Livro Diário; cópia do balanço patrimonial encerrado em 31/12/89 com desdobramento da conta imposto a recuperar, e do demonstrativo de resultados.

A DRF em São Paulo – SP intimou a contribuinte, fls. 17/18, para que fossem apresentados os referidos documentos.

A contribuinte, científica do teor da intimação formulada, no lugar de procurar cumprí-la, decidiu por se manifestar no sentido de considerar as exigências formuladas e antijurídicas e absurdas, cujo único objetivo seria a desistência da contribuinte do pedido de restituição formulado em decorrência dos vários obstáculos para sua obtenção. Acresce que a conduta da Administração ao demorar 8 anos para decidir a lide é desrespeitosa, e mais ainda prejudicial ao se recusar a aplicar a devida correção monetária ao indébito a restituir. A juntada de novos documentos só iria retardar a restituição à qual faz jus.

A DRF em São Paulo/SP indeferiu a solicitação por ausência total de elementos que pudessem caracterizar o indébito.

Inconformada apresentou manifestação de inconformidade argüindo as mesmas razões apresentadas quando da notificação da intimação retrocitada, citando como base legal para arrimar suas pretensões o art. 1º da Portaria MF 416/2000 e art. 2º da Portaria SRF nº 4980/94.

A DRJ em São Paulo - SP indeferiu a solicitação sob o argumento de que os elementos necessários à perfeita caracterização do indébito não foram apresentados.

A contribuinte apresentou recurso voluntário, fls. 64/79, alegando em sua defesa, as mesmas razões da impugnação, acrescendo razões acerca da necessidade de correção monetária dos indébitos, uma vez que representa a mera atualização da moeda, e a Norma de Execução Conjunta SRF/COSIT/COSAR nº 08/97 preve a atualização monetária no período de 01/01/88 a 1/12/91 mediante tabela anexa ao ato, e, a partir de janeiro/96 sobre os valores pagos ou recolhidos incidirão juros SELIC, acumulados mensalmente até o mês da restituição de 1% no mês efetivo da restituição.

É o relatório. *NB/41*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10880.020700/89-01  
Recurso nº : 129.383  
Acórdão nº : 204-00.261

MIN. DA FAZENDA - 2º CC

CONFERE COPIA O ORIGINAL  
BRASÍLIA 21/07/05

VISTO

2º CC-MF  
Fl.

### VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA NAYRA BASTOS MANATTA

O recurso apresentado encontra-se revestido das formalidades legais cabíveis, merecendo ser apreciado.

A questão a ser tratada nos autos diz respeito ao indeferimento do pedido de restituição de indébito em virtude da falta de apresentação de elementos que comprovem o indébito a ser restituído.

Observe-se que a contribuinte ao formular seu pedido de restituição não anexou aos autos os documentos contábeis fiscais que permitissem ao Fisco a correta verificação do *quantum* a ser restituído e a real existência do indébito.

Percebendo a ausência dos documentos necessários à análise do pleito a autoridade fiscal intimou a recorrente a regularizar o pedido formulado com a apresentação dos documentos necessários à instrução do processo, conforme listagem contida às fls. 17/18.

Todavia, a recorrente, em lugar de procurar apresentar os documentos necessários à apreciação do seu pedido, limitou-se a manifestar-se no sentido de considerar as exigências formuladas e antijurídicas e absurdas, cujo único objetivo seria a desistência da contribuinte do pedido de restituição formulado em decorrência dos vários obstáculos para sua obtenção.

Manteve este mesmo posicionamento tanto na fase impugnatória como na recursal. Conclusão: o processo chega a este Colegiado sem estar devidamente instruído de forma a permitir a caracterização e quantificação dos pretensos valores a serem restituídos, por recusa da recorrente em cumprir solicitação da autoridade fiscal.

Assim diante da impossibilidade de se aferir a certeza e liquidez dos valores a serem restituídos por falta de elementos que possam comprova-los há de ser indeferido o pleito, como bem frisou a decisão recorrida.

No que diz respeito à correção monetária do indébito não será objeto de análise uma vez indeferido o pedido de restituição.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso interposto.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 2005

Nayra Bastos Manatta  
NAYRA BASTOS MANATTA //